Educação, Direito e Sociedade
ISSN 2526-737X

A CONSTRUÇÃO DO ESTADO DO CONHECIMENTO: APLICAÇÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS SOB A PERSPECTIVA DE MARÍLIA MOROSINI

Mariluza Terezinha Pertuzzatti
Mestranda em Educação. Especialista em Atendimento Educacional Especializado e Neuropsicopedagogia. Pesquisadora no grupo de pesquisa Políticas Públicas e Gestão na Educação, na URI-Campus de Frederico Westphalen. Professora da rede municipal de Frederico Westphalen.

Cesar Riboli
Pós-doutor em educação. Doutor em educação. Professor do curso de Direito da URI/FW, professor do mestrado e doutorado em Educação. Membro da Comissão de Ensino Jurídico da OAB/RS. Avaliador do INEP/MEC. Advogado.

INTRODUÇÃO

No Brasil, as terminologias “Estado da Arte” e “Estado do Conhecimento” têm sido utilizadas como sinônimo de diferentes e variadas pesquisas. O Estado da Arte e o Estado do Conhecimento correspondem a levantamentos detalhados ou análises sobre um conjunto de saberes gerados em um determinado período e um determinado campo de estudo. Aqueles que decidem desenvolver um Estado da Arte ou do Conhecimento têm como objetivo comum "revisitar o passado", revisando trajetórias já percorridas por outros pesquisadores. Essa revisão permite que novas investigações possam explorar esses caminhos novamente, facilitando a sistematização, a organização e o acesso às produções científicas, além de promover a democratização do conhecimento.

Nas universidades brasileiras, especialmente no campo da Educação, diversas pesquisas têm se expandido, acompanhando o ritmo da produção científica e as exigências dos órgãos de fomento. A maioria dessas investigações ocorre nos programas de pós-graduação, sendo desenvolvidas em dissertações de mestrado e teses de doutorado. Esses trabalhos estão disponíveis tanto nos acervos das bibliotecas quanto, atualmente, em plataformas digitais específicas, como o portal de

teses e dissertações da CAPES e a plataforma Sucupira.

Com o propósito de compreender como ocorre o desenvolvimento das pesquisas e a construção do conhecimento, bem como a forma como eles se organizam e influenciam a criação de novos estudos, essas análises visam oferecer uma avaliação crítica, destacando tendências, semelhanças e diferenças. A observação contínua das produções científicas é fundamental e não deve ser vista como algo com fim determinado. Pelo contrário, deve ser um processo constante que acompanha a evolução das pesquisas, revelando seu percurso. Dessa maneira, o processo de construção do conhecimento se torna mais claro, facilitando a integração de resultados, a identificação de duplicidades e lacunas no campo pesquisado, bem como estimulando novas investigações.

Apesar de ser uma metodologia relativamente nova, vários autores a defendem como uma ferramenta relevante para acompanhar as transformações nas ciências, identificando diferentes abordagens e aspectos que moldam o desenvolvimento do conhecimento científico.

Além dessas características específicas, revisões bibliográficas do tipo "Estado do Conhecimento" ou "Estado da Arte" são instrumentos essenciais para rastrear a evolução histórica da produção científica, evidenciando temas ainda pouco investigados e facilitando a troca de conhecimentos entre distintas áreas do saber.

A seguir apresentamos o “Estado do Conhecimento” realizado com base nas orientações da obra “O Estado do Conhecimento-teoria e prática” de Marília Morosini. Segundo Morosini, o Estado do Conhecimento é a identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica (Morosini, 2021, p.23).

Inicialmente foi escolhido o tema para a pesquisa do Estado do Conhecimento, o qual ficou definido assim: “Políticas públicas de educação especial inclusiva na rede municipal de Frederico Westphalen”. A partir daí foram escolhidos os descritores para realizar a pesquisa no portal da CAPES-Teses e Dissertações. Foram escolhidos cinco descritores, sendo eles: Políticas públicas e educação especial; Educação inclusiva "AND" políticas públicas; políticas públicas educacionais e inclusão de alunos com deficiência; Educação inclusiva em Frederico Westphalen; políticas públicas e educação inclusiva na rede municipal de Frederico Westphalen.

Os critérios de refinamento utilizados foram os últimos cinco anos para os quatro primeiros descritores, nível de mestrado, grande área de conhecimento “Ciências Humanas” e área de conhecimento “Educação”. Para o último descritor “Políticas públicas e educação inclusiva na rede municipal de Frederico Westphalen” foi necessário utilizar o critério dos últimos dez anos já que a pesquisa encontrada sobre educação especial inclusiva no município de Frederico Westphalen era do ano de 2013. Os demais critérios seguiram os mesmos dos descritores anteriores.

O quadro a seguir apresenta os resultados da pesquisa com os descritores mencionados:

Tabela 01: Descritores pesquisados

DESCRITORES	SEM REFINAMENTO	COM REFINAMENTO
Políticas públicas e educação especial	2.793	364
Educação inclusiva "AND" políticas públicas	503	147
Políticas públicas educacionais e inclusão de alunos com deficiência	94	18
Educação inclusiva em Frederico Westphalen	02	02
Políticas públicas e educação inclusiva na rede municipal de Frederico Westphalen	01	Nenhum resultado

Fonte: elaborada pelos autores.

Em seguida, passou-se à elaboração da bibliografia anotada. A bibliografia anotada é uma bibliografia que fornece um resumo de cada um dos trabalhos pesquisados. O objetivo das anotações é fornecer ao leitor o resumo e a avaliação de cada uma das fontes pesquisadas, para que se tenha noção sobre o que trata determinado trabalho. Para a elaboração da tabela de bibliografia anotada foi realizada a pesquisa com os descritores “Políticas públicas educacionais e inclusão de alunos com deficiência” e “Educação inclusiva em Frederico Westphalen”, apresentando vinte resultados. Nessa tabela evidenciam-se dados como: título, autor, ano de publicação, palavras-chave e resumo.

Durante a construção dessa etapa, pudemos constatar que as pesquisas realizadas relacionadas ao tema de nossa pesquisa foram feitas em diferentes estados do Brasil e em diferentes universidades, como mostra o gráfico abaixo, demonstrando que o tema da pesquisa também é discutido, analisado e estudado em diversas regiões de nosso país.

Figura 1: Mapa das pesquisas encontradas em diferentes regiões do país.



Fonte: elaborada pelos autores.

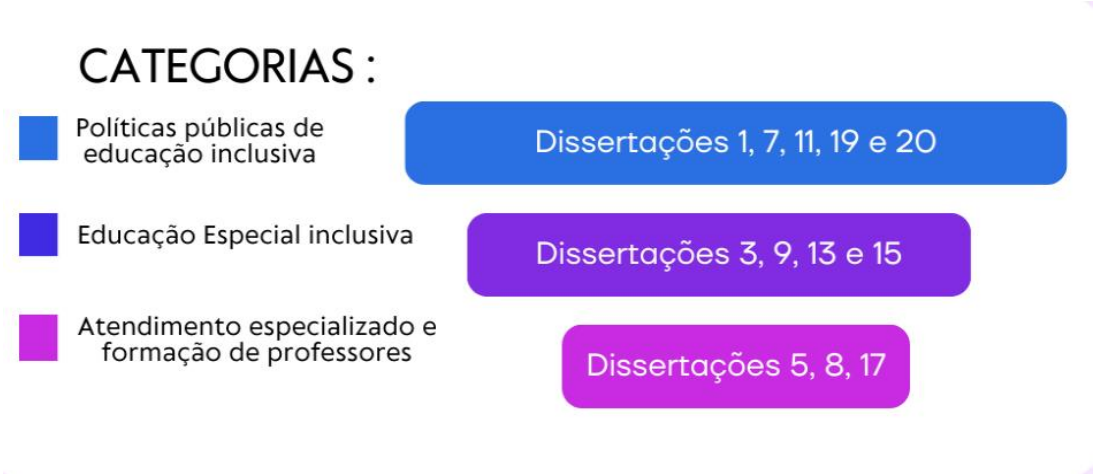
Após essa primeira leitura flutuante de cada um dos trabalhos pesquisados, passou-se à elaboração da tabela de bibliografia sistematizada. Nesta tabela são contempladas informações mais analíticas sobre cada um dos trabalhos, tais como: ano de publicação, autor, título, nível, objetivos, metodologias e resultados. Através da releitura mais aprofundada é possível observar quais trabalhos estão diretamente relacionados ao tema da pesquisa e quais se desviam um pouco da temática em questão.

Na tabela de bibliografia sistematizada deixaram de ser citados oito trabalhos por não apresentarem uma relação direta com o tema abordado em nossa pesquisa, pois traziam temas relacionados à educação superior, educação no campo, inclusão de surdos, educação inclusiva filosófica, e formação e atuação de professores. Sendo assim, restaram doze trabalhos que foram selecionados para fazer parte da tabela de bibliografia sistematizada por apresentarem temas e objetivos diretamente relacionados com a pesquisa.

ISSN 2526-737X

O próximo passo, então, foi a elaboração da tabela de bibliografia categorizada. Com base nos doze trabalhos selecionados, foi possível criar categorias a partir dos temas e objetivos apresentados em cada um dos trabalhos analisados. Foram criadas três categorias conforme apresentamos a seguir:

Figura 2: Bibliografia categorizada



Fonte: elaborada pelos autores.

Através da análise da bibliografia categorizada pudemos verificar que os temas das pesquisas se direcionam para três subtemas que delimitavam e indicavam para seus objetivos específicos de análise. Assim, constatou-se que dentre as doze pesquisas analisadas, cinco trabalhos se dedicaram diretamente ao tema “Políticas públicas de educação inclusiva”; quatro trabalhos se dedicaram especialmente ao tema “Educação especial inclusiva” e três trabalhos focaram no tema “Atendimento especializado e formação de professores”.

Na sequência da construção do Estado do Conhecimento, passou-se à construção da tabela de bibliografia propositiva. A tabela de bibliografia propositiva exige um cuidado e atenção muito maior na sua elaboração, pois ao mesmo tempo que parece ser mais complexa, também tem muita importância em relação aos resultados dos trabalhos.

A tabela de bibliografia propositiva traz três elementos muito importantes a serem analisados e construídos após a leitura e análise de cada trabalho. A tabela apresenta as três categorias em que os doze trabalhos foram subdivididos, os achados de cada um dos trabalhos, as proposições de estudo e as proposições

emergentes. Para ter a capacidade de elaborar e fazer as proposições emergentes, foi preciso reler os trabalhos e analisar quais foram seus objetivos, seus achados, suas proposições de estudo para então, a partir daí, conseguir elaborar as proposições emergente que estivessem de acordo com tudo o que já tinha sido analisado ao longo do trabalho realizado em cada pesquisa.

Após a releitura de cada um dos trabalhamos foi possível constatar que as principais realidades encontradas foram:

1°) Dificuldade de cumprir os princípios de inclusão, evitando práticas pedagógicas homogêneas de inclusão, bem como falta de profissionais com formação, falta de monitores e de auxílio de especialistas.

2°) Políticas de inclusão parcialmente respeitadas, com normativas locais arcaicas e não atualizadas, conforme as últimas normatizações.

3°) As condições em que os estudantes estão inseridos nas escolas não estão de acordo com as políticas públicas de inclusão.

4°) A implementação das políticas ocorre de forma paliativa, sendo a principal preocupação dos gestores a contratação de professores especializados, deixando de lado os demais aportes necessários.

5°) Ausência de estratégias por parte das escolas para realizar o trabalho de interface entre os professores.

6°) Discrepância na adoção de políticas públicas na medida em que as escolas continuam mantendo classes especiais para estudantes inclusos.

7°) Ausência de definição nos documentos locais sobre a função do professor de AEE, bem como da definição do público de estudantes que poderão ser atendidos pelo AEE.

8°) Falta de formação continuada para os professores atuarem na perspectiva de alunos incluídos.

9°) Há poucas diretrizes específicas para a educação especial nos sistemas de ensino observados, com estruturas deficitárias para as salas de AEE e SRMs.

10°) Falta de atendimento de estudantes no contraturno escolar conforme está previsto na lei.

11°) O aspecto positivo encontrado foi o trabalho do professor do AEE para construção da autonomia e aprendizagem dos alunos.

12°) Em alguns municípios há a presença de Centros de Atendimento

Multidisciplinares que complementam o serviço ofertado pelos profissionais da saúde.

Após a análise dos principais achados, foi possível verificar as proposições de estudo elencadas pelos pesquisadores e fazer as proposições emergentes de acordo com a análise de cada pesquisa. As proposições emergentes são possíveis sugestões, dicas, orientações que se fazem a partir do que os autores dos trabalhos analisados encontraram e propuseram em suas pesquisas. As proposições emergentes que foram sugeridas estão elencadas na tabela a seguir:

N° da pesquisa	Proposições emergentes
01	Efetivação das políticas públicas de educação especial inclusiva por parte de todos os envolvidos no processo de ensino dos estudantes incluídos.
03	Reestruturação dos documentos norteadores da Educação Especial no Estado do Paraná, a fim de que as práticas de inclusão possam estar adequadas ao que está previsto nas leis e documentos mais recentes e atualizados.
04	Aproximar cada vez mais o que está posto nas leis e documentos com as práticas escolares de inclusão para que todos tenham educação de qualidade, respeitando as individualidades e diferenças dos estudantes.
05	Refletir sobre o que já foi conquistado e traçar metas para atingir a educação inclusiva de qualidade, buscando as parcerias necessárias para que isso aconteça.
06	Sugere-se a formação continuada de professores e gestores para que ocorra o diálogo e troca de ideias sobre o fazer pedagógico do AEE e das salas regulares, visando a educação de qualidade para todos os alunos.
07	Ratifica-se a importância da formação continuada dos professores e gestores, bem como a importância da troca de experiências pedagógicas entre os professores da sala de AEE e das salas de aula regulares.
08	Atualização dos documentos locais, bem como a definição do público que será atendido pelo AEE e Sala de recursos, além da importância da formação continuada eficaz para professores e gestores.
09	Reelaboração dos PPPs de forma colaborativa com toda a comunidade escolar, com base nos documentos norteadores da educação especial inclusiva para que todos possam compreender, participar e acompanhar o fazer pedagógico inclusivo**.**
10	Reelaboração dos PPPs de forma colaborativa com toda a comunidade escolar, com base nos documentos norteadores da Educação Especial inclusiva para que todos possam compreender, participar e acompanhar o fazer pedagógico das escolas**.**
11	Sugere-se que os documentos e ações pedagógicas sejam elaborados e colocados em prática de forma mais objetiva, clara e simples para que todos os envolvidos no processo possam compreender, colaborar e participar efetivamente para que a Educação Especial inclusiva ocorra de forma satisfatória.
12	Propõe-se que sejam criadas e efetivadas políticas públicas que visem uma melhor estruturação da sala de sala de recursos e que o professor do AEE e os professores das salas regulares possam fazer formação continuada para que todos possam interagir e a educação inclusiva aconteça de forma mais eficaz.
13	Reelaboração dos documentos locais para que estejam de acordo com as normatizações nacionais e que se estabeleçam as diretrizes para o atendimento do AEE de forma que ele possa atender somente o público previsto em lei para esse atendimento e para que ele ocorra de forma contínua e eficaz.

Tabela 02. Fonte: elaborada pelos autores.

Ao sugerimos as proposições emergentes ressalta-se a necessidade de aprimorar e implementar eficazmente as políticas públicas de educação especial inclusiva. A proposta envolve a reestruturação e atualização dos documentos norteadores da Educação Especial para alinhá-los com as leis e diretrizes mais recentes, assegurando a conformidade das práticas de inclusão. Inclui também a promoção da formação continuada para professores e gestores, incentivando o diálogo e a troca de experiências entre as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e as salas regulares comuns, com o objetivo de aprimorar a prática pedagógica inclusiva. Além disso, sugere a reelaboração colaborativa dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) com a comunidade escolar para garantir a compreensão e participação de todos no processo inclusivo, através da elaboração de documentos e ações pedagógicas de forma clara e objetiva, e a criação de políticas públicas que melhorem a estruturação das salas de recursos multifuncionais. É essencial que os documentos locais estejam alinhados com as normatizações nacionais, definindo claramente o público-alvo do AEE e assegurando um atendimento contínuo e eficaz conforme previsto em lei. Essas iniciativas visam aproximar as práticas educacionais da legislação vigente, promovendo uma educação de qualidade que respeite as individualidades e diferenças de todos os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a elaboração da tabela de proposições emergentes chega-se ao final da elaboração do Estado do Conhecimento, o qual trouxe uma gama de conhecimento e informações a respeito do tema pesquisado. Constatou-se que o tema “Políticas públicas de educação especial inclusiva” vem sendo discutido e estudado em diversas partes do Brasil, em diferentes universidades e que esse tema possui uma relevância enorme para a sociedade em geral, pois está diretamente ligado ao papel que as políticas públicas inclusivas desempenham na sociedade, tornando possível o acesso à educação de qualidade aos estudantes incluídos, possibilitando a eles a sua autonomia e aprendizagem, bem como, futuramente, o acesso ao mercado de trabalho e a uma vida com independência, qualidade e dignidade.

Em relação ao tema escolhido para a pesquisa “Políticas públicas de educação especial inclusiva na rede municipal de Frederico Westphalen”, constatou-se que não

havia nenhuma pesquisa com esse mesmo enfoque até o momento que foi realizada a presente pesquisa, pois a pesquisa que foi realizada pela aluna da URI- Campus de Frederico Westphalen, em 2013, tinha como tema Também através desse estudo pode-se observar o quanto ainda é preciso avançar em relação ao tema educação especial inclusiva, pois os achados das pesquisas nos mostram que as escolas carecem de profissionais especializados para os atendimentos dos estudantes incluídos, que ainda é preciso rever e reformular os documentos locais das escolas para que estejam de acordo com a legislação atual e para que os estudantes tenham o atendimento conforme está previsto na lei. Além disso, também é necessário que haja um envolvimento maior por parte dos gestores e de toda a comunidade escolar para que ocorra a efetivação das políticas públicas inclusivas de forma que seja capaz de oferecer todo o aporte necessário para que a educação inclusiva ocorra de forma eficaz e que seja ofertada para todos os que necessitam e com qualidade.

Assim, concluímos dizendo que esse estudo proporcionou uma reflexão ampla e profunda sobre como a educação especial vem sendo conduzida nas escolas, de como está sendo realizado o fazer pedagógico nos educandários e o quanto ainda é preciso avançar para que a inclusão seja feita com responsabilidade, com qualidade, com envolvimento de toda a comunidade escolar e, para que se pense cada vez mais na oferta de educação pública inclusiva de qualidade, sem nunca esquecer que o objetivo principal deve ser a aprendizagem e a autonomia dos estudantes incluídos.

Diante do estudo realizado pode-se verificar a relevância do tema Políticas Públicas e Educação Especial Inclusiva, pois ela vem sendo debatida tanto a nível internacional, nacional, nos Estados e municípios, com o intuito de melhorar o atendimento dos estudantes incluídos nas classes comuns das escolas regulares.

Assim, tendo em vista a preocupação em atender a crescente demanda de estudantes incluídos nas escolas, faz-se necessário repensar as políticas públicas, de forma que elas se tornem mais eficazes e contemplem todas as especificidades dos estudantes pertencentes à modalidade de Educação Especial. Bem como, para que haja investimentos na formação continuada dos profissionais da educação e, também possa haver melhorias na estrutura física das escolas e nos materiais pedagógicos, tanto para as salas comuns, como nas salas do Atendimento Especializado, ofertando um material que seja mais rico e diversificado, visando a melhoria no atendimento e

ISSN 2526-737X

acolhimento das crianças e adolescentes, garantindo assim, o direito educativo de todos os estudantes frequentarem as classes comuns das escolas regulares.

Pois, conforme afirma Maria Teresa Égler Mantoan, a escola inclusiva deve garantir a qualidade de ensino educacional a cada um de seus estudantes, reconhecendo e respeitando a diversidade e tratando a cada um de acordo com suas necessidades e potencialidades:

> É preciso promover um ambiente onde a diversidade e a diferença sejam reconhecidas, valorizadas e respeitadas por todos. Deve ser utilizada como uma oportunidade para enriquecer o ambiente educacional, de forma que esse ambiente se torne acolhedor e capaz de promover a aprendizagem de todos, indistintamente, além de preparar todos os estudantes para conviver de forma autônoma numa sociedade inclusiva e plural (Mantoan, 2008, p.15).

Neste sentido, é preciso quebrar paradigmas arraigados no ambiente escolar. É necessário ter consciência que muitas mudanças precisam ocorrer para que o ambiente escolar se torne acolhedor e favoreça a aprendizagem para todos os educandos indistintamente. Pensar a educação inclusiva, atualmente, implica refletir sobre como vêm sendo realizadas as práticas de inclusão nas escolas, tanto relacionadas aos aspectos pedagógicos e estruturais como em relação à implementação das políticas públicas que envolvem a modalidade de Educação Especial.

Ressalta-se que, para a educação especial inclusiva acontecer conforme está previsto no plano normativo, as políticas públicas deverão contemplar mudanças e ações que vão desde modificações no currículo, na implementação de tecnologias assistivas, na oferta de apoio individualizado e na promoção de uma cultura escolar inclusiva.

A tarefa e o compromisso de todos deve ser o de criar um ambiente escolar onde a diversidade seja vista como uma oportunidade para enriquecer a experiência educacional e onde todos os alunos, independentemente de suas diferenças, se sintam acolhidos e capacitados a aprender, promovendo assim, o direito à igualdade de oportunidades, o respeito mútuo e a participação plena na vida escolar e social para todos.

Nesta perspectiva, evidenciamos o que Paulo Freire enfatiza sobre a educação inclusiva onde diz que a educação inclusiva é um movimento educacional, social e político.

> "A inclusão é um movimento educacional, mas também social e político que vem defender o direito de todos os indivíduos participarem, de uma forma consciente e responsável, na sociedade de que fazem, e de serem respeitados naquilo que os diferencia dos outros" (Freire, 2018, p.11).

A construção de uma educação verdadeiramente inclusiva exige esforços conjuntos do governo, das escolas, dos profissionais da educação e da sociedade como um todo. Ao promover a diversidade e valorizar cada indivíduo, damos passos importantes rumo a uma sociedade mais justa e igualitária, onde todos convivem de forma respeitosa e harmoniosa.

REFERÊNCIAS

AMANCIO, MARLENE NUNES. **MAPEAMENTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CASSILÂNDIA: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS** ' 11/12/2019 169 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, Paranaíba Biblioteca Depositária: UEMS.

ANJOS, PATRICE MARQUES DOS. **Políticas Públicas e o Ingresso de Estudantes com Deficiência na Educação Superior no Brasil e Argentina**' 19/05/2019 135 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE, Joinville Biblioteca Depositária: Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE.

ASSOS, MARIA DO CARMO. **TECNOLOGIAS, PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E INCLUSÃO: INTERFACES ENTRE O PROFESSOR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E O PROFESSOR DA SALA DE AULA REGULAR**' 26/03/2019 145 f. Mestrado em EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, Salvador Biblioteca Depositária: CDI.

ANUNCIACAO, DANIELE VIEIRA ARAUJO. **A gestão educacional na perspectiva da educação inclusiva no Município de Manaus**' 22/04/2019 103 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, Manaus Biblioteca Depositária: https://tede.ufam.edu.br.

ALCANTARA, MARCOS LAZARO PEREIRA DE. **Perfil dos estudantes que frequentam as salas de recursos multifuncionais das escolas estaduais do Amazonas**' 27/12/2020 72 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, Manaus Biblioteca Depositária: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8208.

BARRETTA, EMANUELE MOURA. **Políticas Públicas de Educação Especial na perspectiva inclusiva: avanços e impasses na implementação em Escolas Públicas do Município de Frederico Westphalen/RS**' 16/12/2013 120 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO

ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES, Frederico Westphalen Biblioteca Depositária: Biblioteca Central DR. José Mariano da Rocha Filho.

BARBOSA, INGRID JULLIANE FREIRES SARTORI. **POLÍTICAS PÚBLICAS, INCLUSÃO E EDUCAÇÃO DE SURDOS EM CAMPINAS (SP) 2007-2017**' 22/02/2019 undefined f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS, Campinas Biblioteca Depositária: PUC-CAMPINAS.

COUTO, MARIA NILCE FERREIRA. **Aluno com deficiência intelectual no Ensino Médio: políticas educacionais inclusivas na rede estadual de Manaus/AM**' 04/10/2020 129 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, Manaus Biblioteca Depositária: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8059.

CORREA, ROSA ALESANDRA RODRIGUES. **Educação especial nas escolas do campo: uma análise dos indicadores educacionais da rede municipal de ensino de Corumbá MS**' 15/08/2019 90 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, Corumbá Biblioteca Depositária: https://ppgecpan.ufms.br/category/dissertacoes-defendidas/CORREA, ROSA ALESANDRA RODRIGUES. **Educação especial nas escolas do campo: uma análise dos indicadores educacionais da rede municipal de ensino de Corumbá MS**' 15/08/2019 90 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, Corumbá Biblioteca Depositária: https://ppgecpan.ufms.br/category/dissertacoes-defendidas.

EVANGELISTA, ROSIMARIA ROSA DO NASCIMENTO. **Formação e atuação de professores de alunos com deficiência**' 09/04/2019 166 f. Mestrado em EDUCAÇÃO - CAMPUS CATALÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, Catalão Biblioteca Depositária: https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9615.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005
JUSTI, SANY REGINA SARDA. **TRADUÇÃO DA POLÍTICA DE INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM UM CAMPUS DO INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE**' 07/07/2019 116 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ, Itajaí Biblioteca Depositária: UNIVALI.

METZ, GRACIELA DEISE. **Um Olhar Para Todos: Políticas e Práticas de Educação Inclusiva e Adaptação Curricular**' 16/04/2020 168 f. Mestrado em Educação Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES, Frederico Westphalen Biblioteca Depositária: Biblioteca Central DR. José Mariano da Rocha Filho.

MANTOAN, M. T. E. (2001). Caminhos pedagógicos da inclusão. Memnon Edições Científicas.

MANTOAN, M. T. E. (2015). Inclusão escolar: o que é? por quê? Como fazer? Summus.

MENEZES, REINALDO OLIVEIRA. **FILOSOFIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL: Análise do PPC de Filosofia da UFAM no movimento da Educação Inclusiva**' 09/08/2020 136 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, Manaus Biblioteca Depositária: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8003.

MOROSINI, Marília Costa et al. **Estado do conhecimento: teoria e prática**. Curitiba: CRV, 2021**.** Disponível em: https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/.

NASCIMENTO, SELMA SOARES DO. **Educação especial e inclusão escolar na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental**' 14/04/2019 196 f. Mestrado em EDUCAÇÃO - CAMPUS CATALÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, Catalão Biblioteca Depositária: https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9701.

OME, LUCIMEIRE PRESTES DE OLIVEIRA. **AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SOROCABA: A ÓTICA DAS FAMÍLIAS DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**' 24/08/2020 139 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE DE SOROCABA, Sorocaba Biblioteca Depositária: Biblioteca Aluísio de Almeida.

OLIVEIRA, RITA ISABEL ALVES. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO PARTICIPATIVO: DIÁLOGOS**' 08/10/2020 111 f. Mestrado em EDUCAÇÃO (PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO) Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: MONTE ALEGRE.

SILVA, IARA SUSI MARIA. **SIGNIFICAÇÕES ACERCA DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DE UMA PROFESSORA DE ACOMPANHAMENTO E APOIO À INCLUSÃO**' 25/04/2019 225 f. Mestrado em EDUCAÇÃO (PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO) Instituição de Ensino: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, São Paulo Biblioteca Depositária: MONTE ALEGRE.

SANTOS, KATIANE PEREIRA DOS. **POLÍTICAS E PRÁTICAS EDUCACIONAIS DESENVOLVIDAS EM RELAÇÃO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM ESCOLAS DOS ANOS INICIAIS DE UMA CIDADE DO NORTE DO PARANÁ**' 14/12/2020 199 f. Mestrado em EDUCAÇÃO Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA, Londrina Biblioteca Depositária: Universidade Estadual de Londrina, PR.

SANTOS, SILVINA FARIA DOS. **A FORMAÇÃO DOCENTE DO GRADUANDO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO INSTITUTO FEDERAL DE RORAIMA NA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES COM FUNDAMENTOS NA PEDAGOGIA**

HISTÓRICO-CRÍTICA (PHC)' 16/08/2020 103 f. Mestrado em EDUCAÇÃO
Instituição de Ensino: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA, Boa Vista
Biblioteca Depositária: Universidade Estadual de Roraima - UERR.

Recebido em: 01/05/2024
Aceito em: 03/06/2024